

## A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

Thalita Virginia Santis Rodrigues<sup>1</sup>  
Walber Christiano Lima da Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente texto objetiva apresentar reflexões acerca da importância da ludicidade no contexto da educação especial e inclusiva no Brasil. A ludicidade é uma das ferramentas mais importantes para o trabalho com pessoas com deficiência no País, pois pode ser utilizada como uma estratégia para tornar o processo educativo mais divertido, prazeroso e eficiente para as crianças. As atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras, teatro, música, artes e esportes, podem ser adaptadas às necessidades e habilidades de cada criança, estimulando seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social. Além disso, as atividades lúdicas podem ser utilizadas para trabalhar diversas habilidades, como a comunicação, a socialização, a concentração, a criatividade, a coordenação motora e a autonomia. Este texto traz como metodologia a pesquisa bibliográfica na modalidade de um ensaio teórico. A ludicidade também pode ajudar a reduzir o estigma e a exclusão social das crianças com deficiência, proporcionando um ambiente de inclusão e respeito às diferenças. Quando as crianças são convidadas a participar de atividades lúdicas em grupo, elas podem aprender a conviver com as diferenças, a respeitar o outro e a se colocar no lugar do outro. Portanto, a ludicidade é uma importante ferramenta na educação especial e inclusiva no Brasil, pois pode contribuir para o desenvolvimento integral das crianças com deficiências e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

**Palavras-chave:** Ludicidade, Deficiência, Inclusão.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo predispõe-se à análise da importância da ludicidade na educação especial e inclusiva, trazendo através de pesquisa bibliográfica estudos que revelam o alto teor de aprendizagem voltadas para o ensino em sala de aula aos discentes com deficiências e a sua inclusão social por meio de brincadeiras e atividades lúdicas.

Cabe ainda destacar que no decorrer desse trabalho, serão abordados temas de grande relevância para a implementação desse modelo de ensino no âmbito nacional. Para tanto, serão tratadas por esse estudo, temáticas que envolvem a origem da educação inclusiva e especial no Brasil, bem como se dá a aplicabilidade de atividades lúdicas em sala de aula pelos professores tecnicamente qualificados e como a lei regulamenta o ensino especial e inclusivo.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.  
E-mail: [thalitavsantis@gmail.com](mailto:thalitavsantis@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Professor da Faculdade de Ciências da Educação (FACED-ICH-UNIFESSPA). E-mail: [walberchristiano@gmail.com](mailto:walberchristiano@gmail.com).

Ademais, é preciso ressaltar a notoriedade da família no processo de inclusão do estudante com deficiência, pois o empenho destes com a aprendizagem na escola, tende a fazer com o que o processo educativo obtenha resultados satisfatórios.

Sendo assim, o objetivo principal desse estudo é apresentar reflexões acerca da importância da ludicidade no contexto da educação especial e inclusiva no Brasil, e de como a os profissionais da educação devem se atentar para a inclusão de estudantes no âmbito escolar.

É preciso que se tenha uma visão geral a respeito da inclusão nas escolas, os seus princípios, qual o papel da escola para a contribuir no atendimento das necessidades de cada estudante que precisa ser submetido a inclusão dentro da sala de aula, a intervenção dos professores, técnicos de educação especial, bem como a importância da participação dos pais e responsáveis e o envolvimento no processo educativo dos estudantes com deficiência.

Sendo assim, a escola inclusiva não é só instrumento exclusivo voltado para o aprendizado no âmbito escolar, mas também está associada a experiências sociais da comunidade onde a criança e a sua família estão inseridas e de onde está estabelecida a rotina deles.

Cabe ressaltar que quando uma criança com deficiência é incluída em uma classe de ensino regular, sem a devida assistência que requer que seja dada a ela, ou quando espera que o professor de ensino regular compense a todas as necessidades dessa criança, sem o apoio de profissionais especializados, isso não tido como educação especial, tampouco como educação inclusiva.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996):

Será assegurado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Por conseguinte, deve ser pensada como uma instituição inclusiva voltada para todos, ou seja, deverá ter uma perspectiva que traga elementos de: partilha, cooperação, interação e responsabilidade mútua de cada um que a compõe, quer que sejam os professores, os profissionais especialistas e o principalmente os pais dos discentes com deficiência.

É necessário salientar que o papel da escola é importante no processo e na promoção da educação inclusiva, ademais, este papel faz com que a escola tenha condições de proporcionar por meio de recursos necessários, gerando assim estímulos que chamem atenção para o ambiente em que a criança com deficiência frequentará para seu aprendizado.

Ante o exposto, partindo da análise que a escola faz parte do cotidiano de quaisquer crianças, seja ela com deficiência ou não, é essencial que tenha como base uma visão educacional humanizada e justa para lidar com a educação inclusiva no ensino regular.

O presente artigo apresenta de maneira qualitativa e quantitativa através de pesquisas em sítios eletrônicos e doutrinas consolidadas, a maneira que é desenvolvida a ludicidade na educação inclusiva no ensino regular no Brasil, bem como, trazer de forma clara o modo pelo qual se pode atenuar situações que demandam maiores cautelas.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento deste estudo foram utilizadas diversas fontes a fim de que fosse realizada uma abordagem qualitativa na presente pesquisa, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com o intuito de demonstrar a importância da educação especial, além de sítios eletrônicos que documentaram o desenvolvimento da capacitação dos profissionais de educação e algumas literaturas complementares, com objetivo principal de apontar a importância da educação inclusiva de crianças com deficiência.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

No contexto em que se refere à escola, é remetida a ideia de que essa é uma das primeiras interações na qual a criança terá contato com o mundo exterior, vivendo assim a experiência de como é a vida em sociedade, aprendendo que a interação social é necessária para seu desenvolvimento interpessoal.

É notório que durante muito tempo as pessoas com deficiência foram negligenciadas, e somente a partir dos processos de legalização da inclusão nas escolas de ensino regular que esta realidade vem se modificando.

Partindo da análise de que a educação inclusiva se resume na adequação de escolas de ensino básico voltadas para o atendimento de todas as crianças, não só as deficientes, mas, também para as que possuem dificuldades na aprendizagem. Diante disso, o acesso a um ambiente escolar que ofereça um espaço adequado ao trabalho inclusivo e que atenda a necessidade de todas as crianças deve ser garantido sem distinção.

Para Bruner, a brincadeira é extremamente importante para o desenvolvimento infantil, pois permite que as crianças aprendam e desenvolvam habilidades essenciais de forma

lúdica e prazerosa. Além disso, a brincadeira é uma forma natural de as crianças explorarem o mundo ao seu redor, experimentarem diferentes papéis e emoções, e interajam com outras crianças. A autora Tizuko Morchida Kishimoto reforça em seu livro *O Brincar e suas Teorias* (1998, p.143):

A premissa de que qualquer conteúdo pode ser ensinado a qualquer criança de qualquer idade, desde que respeitadas as formas de pensar do sujeito que aprende envolve uma concepção de aprendizagem que privilegia a exploração e solução de problemas.

Brunner também destaca que a brincadeira é uma forma de as crianças processarem suas experiências e emoções, e desenvolverem habilidades sociais e emocionais, como a empatia, a auto-regulação emocional e a resolução de conflitos. Portanto, a brincadeira não é apenas uma atividade divertida, mas uma parte fundamental do desenvolvimento infantil que deve ser valorizada e encorajada pelos pais, educadores e cuidadores.

Observa-se que a educação inclusiva desde que bem estruturada em todos os níveis é uma inovação educacional, pois, com ela o processo para o favorecimento de aprendizagem de estudantes com deficiência, torna-se viável. Visto que, as crianças aprenderam que o convívio é válido para o início da socialização e a superar os obstáculos impostos a elas.

Portanto, a proposta de inclusão escolar constitui valores simbólicos importantes nos quais fazem jus a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, trazendo para o ambiente escolar uma educação que valorizará o tempo de aprendizagem de todas as crianças, contanto que a capacitação dos profissionais de educação voltados para a educação inclusiva seja uma meta a ser alcançada na realidade brasileira, assim como preceitua a série “Saberes e práticas da inclusão”, publicada pelo Ministério da Educação - MEC:

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

Partindo então dessa ideia de inclusão da criança no ensino regular, é necessário pensar em modelos de ensinamentos eficazes, voltados para a promoção da aprendizagem em sala de aula, pensando nisso, as atividades e brincadeiras lúdicas, são essenciais para o desenvolvimento da criança com deficiência se sentir incluída.

Com isso, o profissional especialista em educação especial e inclusiva, vai elaborar meios educacionais em que a criança ao passo que brinca não perderá o aspecto de ensino, pois

o estímulo criado dentro da brincadeira lúdica trará leveza e prazer para a aprendizagem daquele estudante com deficiência.

Para que esta inclusão do estudante com deficiência fosse possível as normas brasileiras passaram a versar a respeito da temática, como está disposto na Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, à luz da Constituição Federal de 1988:

Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

(...)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Nesse diapasão, a Resolução nº 2/2001, que foi aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, coloca para os sistemas de ensino o desafio de se organizar para incluir os estudantes e atender suas particularidades.

Dentre os dispositivos que regulam o ensino especial está o artigo 3º, que dispõe sobre tal organização:

Artigo 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma **proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns**, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica

Fica assim exposto que a ludicidade se faz significativa no processo de aprendizagem, uma vez que, propostas pedagógicas que possam substituir serviços educacionais comuns está expressamente regulamentada por lei.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ludicidade é um elemento fundamental para o desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e emocionais em crianças e jovens, especialmente aqueles com deficiências. Os métodos tradicionais de ensino muitas vezes falham em atender as necessidades desses estudantes, por isso, atividades lúdicas são importantes recursos pedagógicos que promovem o desenvolvimento e o aprendizado.

Vygotsky acreditava que a ludicidade é uma forma de mediação entre a criança e a cultura, permitindo que ela internalize as regras e os valores sociais. Ele enfatizou que o brincar

é uma atividade que transcende a realidade, permitindo que a criança experimente diferentes perspectivas e crie novos significados. Vygotsky (2003, p. 118) também destacou a importância do brincar colaborativo na construção das habilidades sociais e cognitivas diz que o bom aprendizado pode ser definido como aquele que se adianta ao desenvolvimento, pois considera que as formas de aprendizado, que são propostas aos níveis de desenvolvimento já conquistados, se tornam ineficazes no ponto de vista de desenvolvimento global infantil. A partir daí é possível reconhecer um aspecto importante no que diz respeito ao aprendizado: Ele resulta na zona de desenvolvimento proximal da criança e o aprendizado acaba resultando em desenvolvimento mental e das funções psicológicas.

Desse ponto de vista, aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas (VYGOTSKY, 2003, p. 118).

O brincar cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança. Na brincadeira, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual dela; age além de sua idade habitual e acima de sua performance diária. Na brincadeira, a criança é, ao mesmo tempo, cientista e sujeito de sua experimentação." (VYGOTSKY, 1984).

Essas citações de Vygotsky demonstram sua compreensão da importância da ludicidade no desenvolvimento infantil e como ela contribui para a aprendizagem de habilidades cognitivas e sociais. Para Vygotsky, o brincar é uma forma de mediação entre a criança e a cultura, permitindo que ela internalize as regras e os valores sociais. Ele enfatizou que o brincar é uma atividade que transcende a realidade, permitindo que a criança experimente diferentes perspectivas e crie novos significados.

Para Rosin-Pinola, Del Prette e Del Prette (2007) a inclusão do aluno com deficiência intelectual perpassa os desafios encontrados quanto ao baixo rendimento escolar, sendo também presentes maiores dificuldades de interações sociais desse público com seus pares. Desse modo, destaca-se a importância de estudos voltados para a temática das habilidades sociais presentes entre alunos com deficiência intelectual e seus pares, a fim de pensar em maior promoção de ganhos em competência social.

Habilidades sociais, segundo Del Prette e Del Prette (2011), podem ser entendidas como comportamentos manifestados socialmente, que são distribuídos em diferentes classes que vão constituir o repertório de um indivíduo. Por sua vez, a competência social refere-se à

capacidade do indivíduo diante das demandas do ambiente, emitindo habilidades sociais que sejam mais vantajosas e resultem em relações interpessoais mais harmônicas e promotoras de desenvolvimento mais saudável.

Para as autoras Rosin-Pinola e Del Prette (2014), quanto mais desenvolvida for a competência social de um aluno, maior a possibilidade de adaptação às demandas sociais que irão surgir ao longo da vida escolar. Além disso, os autores Del Prette e Del Prette (2008) indicam o quão é importante que os professores também possuam uma boa competência social, como forma de melhor conseguirem enfrentar os desafios que possam surgir diante da tarefa de escolarização de crianças Público Alvo da Educação Especial (PAEE) nas classes comuns do ensino regular.

Estas habilidades sociais específicas do professor diante das práticas inclusivas foram nomeadas por Del Prette e Del Prette (2008) como habilidades sociais educativas (HSE). Para Vila (2005), o professor deve se engajar em assumir o papel de mediador do desenvolvimento de comportamentos sociais, que por sua vez, podem contribuir diretamente com os processos de ensino-aprendizagem de seus alunos.

A autora Rosin-Pinola (2009) destaca que os professores regulares devem apresentar um desenvolvimento variado de habilidades sociais que favoreçam o processo de escolarização, seja dos alunos com ou sem deficiências. Nessa dinâmica, o professor é o elemento-chave para o desenvolvimento das relações interpessoais em sala de aula, já que é reconhecido no ambiente escolar como agente facilitador dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (SILVEIRA; ENUMO; ROSA, 2012). Um repertório elaborado de HSE pode contribuir para que o professor tenha um relacionamento interpessoal melhor e mais efetivo com seus alunos e, conseqüentemente, favorecer e potencializar as condições de ensino-aprendizagem.

Espindola e Juliano (2017) discorrem sobre o fato da afetividade em sala de aula se entrelaça com a aprendizagem. Conforme as autoras, o vínculo estabelecido entre professores e alunos constrói um ambiente de confiança, pois o aluno se sente mais seguro e mais envolvido em seu processo de aquisição da aprendizagem. Ao se tratar de alunos PAEE, as autoras destacam que mesmo diante das limitações desse público, os alunos têm maior motivação para aprendizagem quando possuem uma relação afetiva com o professor.

O processo de aprendizagem é social e seu foco deve estar nas interações sociais estabelecidas em sala de aula, desse modo, os procedimentos de ensino utilizados em sala de aula são essenciais (TASSONI, 2000).

A ludicidade é uma ferramenta importante na educação especial, permitindo que os estudantes com deficiência aprendam de forma mais eficaz e significativa. Através do brincar,

esses estudantes podem experimentar diferentes perspectivas, desenvolver habilidades sociais e cognitivas e internalizar as normas e valores sociais, tornando-se mais integrados na sociedade e na cultura.

Portanto, é fundamental que os profissionais da educação especial incorporem atividades lúdicas em suas práticas pedagógicas, a fim de garantir o desenvolvimento integral dos estudantes e o sucesso acadêmico. A ludicidade pode ser utilizada como uma forma de promover a inclusão escolar e social desses estudantes, ajudando-os a se tornarem cidadãos ativos e participativos em suas comunidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância da ludicidade na educação especial e inclusiva é inegável, pois proporciona uma aprendizagem mais prazerosa, significativa e integrada, permitindo que os estudantes com deficiência desenvolvam suas habilidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras de forma mais eficaz.

O uso da ludicidade como ferramenta pedagógica permite que os estudantes com deficiência sejam mais motivados e engajados no processo de aprendizagem, uma vez que as atividades lúdicas são mais atrativas e desafiadoras para eles. Além disso, a ludicidade também promove a inclusão social desses estudantes, uma vez que possibilita a interação com outros, a socialização e o respeito às diferenças individuais.

Portanto, a utilização da ludicidade na educação especial e inclusiva deve ser incentivada e valorizada, pois é uma estratégia pedagógica que contribui para a formação integral dos estudantes, promovendo o seu desenvolvimento em diferentes aspectos da vida, tanto no âmbito acadêmico quanto pessoal.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>.

BRASIL. L8069. Planalto.gov.br. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 31 out. 2022.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE Z. A. P. Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e Prática. Petrópolis: Vozes, 2011.



DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. *Paideia*, v. 18, n. 41, 517-530, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a08.pdf>

ESPINDOLA, L; JULIANO, J. M. M. Afetividade nas relações humanas educacionais. *Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia, Medianeira*, v. 8, n. 16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-4831>.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **O brincar e suas teorias**. 1. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 1998. 143p.

ROSIN-PINOLA, A. R.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais e problemas de comportamento de alunos com deficiência mental, alto e baixo desempenho acadêmico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 13, n. 2, p. 239-256, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n2/a07v13n2.pdf>.

ROSIN-PINOLA, A. R; DEL PRETE Z. A. P. Inclusão Escolar, Formação de Professores e a Assessoria Baseada em Habilidades Sociais Educativas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 3, p. 341-356, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n3/02.pdf>.

ROSIN-PINOLA, A. R. Programa de Habilidades Sociais Educativas: impacto sobre o repertório de professores e de alunos com necessidades educacionais especiais. Tese. (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de Professores Sobre Inclusão Escolar e Interações em Ambiente Inclusivo: uma Revisão da Literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 18, n. 4, p. 695-708, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n4/a11v18n4.pdf>.

TASSONI, E. C. M. Afetividade e aprendizagem: a relação professor-aluno. In: *Anais da 23ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu: Minas Gerais, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.